
A SINGULARIDADE DE CADA CASO: UMA ANÁLISE QUANTITATIVA DO PROJETO DE ASSENTAMENTO AJARANI EM IRACEMA-RORAIMA

THE UNIQUENESS OF EACH CASE: A QUANTITATIVE ANALYSIS OF AJARANI SETTLEMENT PROJECT IN IRACEMA-RORAIMA/BRAZIL

João Henrique Rocha, M.Sc. em Economia e Doutorando do SPAF/UFPEL.

E-mail: j.henrique@yahoo.com

Sheila Mangoli Rocha, M.Sc. Desenvolvimento Rural e Doutoranda PPGE/UFPEL.

E-mail: sheilamangoli@yahoo.com

A SINGULARIDADE DE CADA CASO: UMA ANÁLISE QUANTITATIVA DO PROJETO DE ASSENTAMENTO AJARANI EM IRACEMA-RORAIMA

THE UNIQUENESS OF EACH CASE: A QUANTITATIVE ANALYSIS OF AJARANI SETTLEMENT PROJECT IN IRACEMA-RORAIMA/BRAZIL

RESUMO

Roraima tem no setor primário uma importante fonte de ocupação e geração de renda, o que implica na importância da viabilização dos projetos de assentamentos como referência de reprodução das famílias agricultoras. Os assentamentos rurais constituem a mais expressiva configuração sócio produtiva do Estado de Roraima e sua participação relativa na distribuição das terras supera a área ocupada com imóveis rurais. Por outro lado, a realidade social e econômica dos assentados reflete condições precárias de vida e de produção, associadas a um perfil de população carente e detentora de baixos índices de qualidade de vida. O caso do assentamento Ajarani no município de Iracema é descrito e avaliado do ponto de vista quantitativo. As conclusões são de alta desuniformidade e variabilidade das categorias de análises que sustentam o projeto de assentamento nas variáveis estudadas, o que pode se constituir em importantes informações para o exercício de políticas públicas aplicadas ao meio rural do Norte do país.

PALAVRAS-CHAVE:

Políticas públicas; Reforma agrária; Agricultura familiar.

ABSTRACT

Roraima in the primary sector has an important source of employment and income generation, which implies the importance of the feasibility of settlement projects as reference playback of farming families. The rural settlements are the most expressive setting social productive Roraima state and its relative share in the distribution of land exceeds the area occupied with rural properties. Moreover, the social and economic reality of the settlers reflects poor living conditions and production associated with a poor profile and owner of low levels of quality of life. The case of the settlement in the municipality of Ajarani Iracema is described and evaluated the quantitative point of view. The findings are uneven and high variability of analytic categories that support the settlement project in the variables which can be an important information for the exercise of public policies applied to the rural North Country.

KEY WORDS:

Public policy; Agrarian reform; Family farming.

INTRODUÇÃO

Historicamente, entre as estratégias desenvolvimentistas adotadas para a região Norte do Brasil, tem sido relevantes a implantação de projetos de colonização e de assentamentos rurais.

Uma vez que a região Norte¹ tem expressiva representação geográfica nacional com 42% do território brasileiro, sua baixa densidade demográfica (3,7 habitantes/Km²) e sua incipiente economia (5% do PIB nacional), conforme a Secretaria de Planejamento do estado de Roraima - SEPLAN-RR (2007), têm sido usadas como justificativas para adoção de modelos de desenvolvimento exógenos, nos quais estão incluídos os projetos de assentamentos rurais.

O Estado de Roraima, localizado quase integralmente acima da linha do Equador, é o ponto mais setentrional do Brasil, fazendo divisa com a Venezuela e com a República da Guiana.

Em Roraima, de forma particular, o estado nacional detém ainda a posse da grande maioria das terras, cedendo à esfera produtiva fragilidades do ponto de vista dos direitos de propriedade. Um exame da estrutura fundiária identifica limitações que são impostas pela elevada concentração de terras indígenas (46,21%) e de unidades de conservação (21,03%), e em menor grau de áreas militares com 1,23%, conforme dados da SEPLAN-RR (2007).

Não obstante, estudos realizados pelo Governo de Roraima (2011) reconheçam a potencialidade da produção agropecuária destacando os condicionantes edafo-climáticos para a exploração agropecuária, traduzidas pelas condições de relevo favoráveis à mecanização em parte do estado, além de potencial hídrico e solos fisicamente adequados.

Uma análise restritamente quantitativa da produção da agricultura familiar em Roraima em

relação à produção nacional familiar em 2006 aponta que apenas 1,3% do feijão fradinho, 1,14% do feijão de cor, 0,33% do total de cabeças bovinas ou mesmo 1,79% do leite de vaca são produzidos localmente, conforme INCRA (2008). Essas análises corroboram com a tese de insuficiência produtiva alimentar do estado em muitos itens de gêneros básicos.

Seu mercado consumidor também é restrito em termos de potencial de consumo, com sua população total de pouco mais de 450 mil habitantes, conforme IBGE (2010), e seu PIB, um dos menores do país, com apenas 0,16% em 2008, (Governo de Roraima, 2011).

Do ponto de vista do meio ambiente, as restrições são marcadas pela legislação aplicadas à região amazônica, que reduz o potencial produtivo em favor da preservação ambiental. Quando se avalia a disponibilidade de terras para a agricultura, subtraindo as reservas ambientais, territórios indígenas e áreas institucionais, destina-se, finalmente, somente 7,44% de sua área total para a produção agrícola, em se respeitando as áreas de preservação permanente e as reservas legais sobre as glebas disponíveis.

Neste aspecto, o estado se apresenta de forma paradoxal, tendo os preços dos produtos da cesta básica de alimentos (feijão, frutas e hortigranjeiros) elevação relativamente superior de muitos outros integrantes da federação, e quadro de convivência com ociosidade da reduzida disponibilidade de terras e recursos humanos, fatores determinantes do processo produtivo.

Assim, em linhas gerais o segmento agrícola de Roraima é preocupante. Em muitos casos, as rendas dos agricultores vêm de atividades não agrícolas, e a terra, de origem estatal, como se observa nos projetos de colonização e assentamentos, correspondem a 90% dos agricultores familiares do estado, conforme dados de Lopes (2009).

Existem 52 projetos de assentamentos oficiais em Roraima, compreendendo mais de 16.000

1 A região Norte é uma das cinco regiões geográficas brasileiras, formada pelos estados do Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins.

famílias assentadas em área superior a 1.500.000 ha. De um modo geral, os assentamentos apresentam relativa taxa de mobilidade e abandono dos lotes. As justificativas estão sustentadas nas dificuldades econômicas, baixa eficiência do sistema produtivo tradicional, agricultura rudimentar e baixo nível tecnológico dos agricultores (INCRA, 2008).

Diante desse quadro conjuntural dos assentamentos rurais em Roraima, objetiva-se descrever quantitativamente o projeto de assentamento Ajarani, procurando relacionar aspectos vigentes de sua realidade social e econômica com as prescrições já identificadas por outros estudos na área. Neste sentido, firmamos a hipótese central de que a realidade do assentamento Ajarani, objeto do presente estudo, corrobora com o quadro geral de ineficiência institucional dos projetos de assentamentos em Roraima.

A REFORMA AGRÁRIA NA REGIÃO NORTE E EM RORAIMA

Os assentamentos rurais, enquanto instrumentos que executam a política de reforma agrária são, segundo Bergamasco e Norder (1996, p.7) “novas unidades de produção agrícola, através de políticas governamentais, visando o reordenamento do uso da terra, em benefício de trabalhadores sem terra ou com pouca terra”.

Fruto de determinantes históricos de exclusão, o assentado caminha em busca de uma alternativa de sobrevivência em um mundo que o colocou à margem das oportunidades. Sem nenhuma ou pouca chance de empregabilidade, seja nos setores de serviços ou indústria, ocuparia postos marginais de trabalho, quando muito.

A agricultura de escala, o agronegócio e a impiedosa trajetória do capital traçaram o destino infértil de milhares de pessoas no campo, ora deslocando-os para a margem marginalizada dos grandes centros, ora mantendo-os submetidos

à precariedade de vida e trabalho em vilas e comunidades rurais.

Trata-se, portanto, os assentados, de uma categoria de pessoas que representam um descarte social, feridos pela história econômica agroexportadora que promoveu a instituição da grande propriedade movida pela dominação política, pela expropriação das terras e pela exploração das relações de trabalho.

A resultante foi trabalhadores desprovidos de relações estáveis na produção agrícola, promovendo o processo de desenraizamento e a busca subsequente da moradia definitiva como um dos pilares que movem as populações sem-terras, tornando-se essa sua bandeira de luta.

Não é, pois, surpreendente que a moradia e a instituição da moradia esteja no centro das motivações e aspirações de acampados e assentados e constitua o referencial de seu imaginário e de suas formulações utópicas. [...] É nela que se encontram os mecanismos de reprodução da família e da sociabilidade familiar. [...] Mesmo que haja outras dimensões, especialmente econômicas, envolvidas na mediação da moradia e na luta pela terra. Quem vê esse último aspecto vê o secundário [...] (Martins, 2009, p.21).

A busca pela posse da terra tem envolvido situações que vão de áreas ocupadas com posseiros ou exploradas por parceiros e arrendatários, áreas improdutivas reivindicadas pelos movimentos sociais, áreas de exploração extrativista, ou ainda áreas fruto de empresas em estado falimentar ou negociadas com o poder público.

O assentado é assim um ser de múltiplas origens, disposto a reverter a condição de posseiro, de agricultor que perdeu suas terras, de assalariado rural, de extrativista, de periférico urbano, ou das formas que têm em comum a exclusão e a imperiosa necessidade de se ver em seu espaço próprio, busca sua libertação no lote do assentamento.

Por outro lado, a Amazônia tem sido percebida a partir de uma perspectiva de colonização de

novas terras ou terras ociosas, vis-à-vis o processo redistributivo de áreas sob o domínio particular improdutivo.

Um recorte do tempo em meados do século passado encontra o registro legal da reforma agrária na constituição federal de 1946², quando o estado decide pela ocupação da região amazônica em detrimento da redistribuição das grandes propriedades no resto do país.

O referido processo de colonização reúne equívocos importantes. Em primeiro lugar, segundo Shneider et al. (2000), somente 7 % da região ou cerca de 350.000 km² apresenta relativo potencial agrícola. Esse importante dado revela fragilidade no planejamento e na condução da reforma agrária, sem que critérios de zoneamento tenham sido considerados.

Outrossim, vistas sobre o código florestal revelam a obrigação dos proprietários de áreas rurais da Amazônia em manterem sob reserva 80% da floresta em seus estabelecimentos agrícolas, o que implica na necessidade de rever o sistema de derruba da vegetação e exploração da área com culturas exaustoras e ou implantação de pastagens.

As conseqüências, do ponto de vista ambiental, se fizeram sentir através da degradação e do comprometimento dos recursos naturais, com elevadas taxas de desflorestamento e mais de 50% das terras colonizadas em estado de abandono. Não se observou do ponto de vista técnico, uma exploração de caráter agroecológico, a exemplo de sistemas agroflorestais³, manejo racional de essências nativas,

2 A Constituição de 1946, no seu art. 147, delimitava que “o uso da propriedade será condicionado ao bem-estar social” e no parágrafo 5º nesse mesmo artigo mencionou-se pela primeira vez desapropriação para fins de Reforma Agrária.

3 Os sistemas agroflorestais enfatizam as funções ecológicas do sistema solo-planta para a manutenção ou melhoria da capacidade produtiva do solo e também por prestar diversos serviços ambientais, sendo os mais viáveis para os trópicos úmidos e subúmidos, porque são sistemas de uso sustentável da terra que combinam, de maneira simultânea ou em sequência, a produção de cultivos agrícolas com plantações de árvores frutíferas ou florestais, e ou animais, utilizando a mesma unidade e aplicando técnicas de manejo que são compatíveis com as práticas culturais da população

e mesmo criação de animais em regime de sistemas agrosilvopastoris, entre as alternativas ecológicas econômicas.

A viabilidade dos projetos também está comprometida pela ausência de infra-estrutura, seja nos aspectos que envolvem logísticas e sazonalidade de distribuição da produção, seja nos aspectos assistenciais técnicos e creditícios.

Apesar desse quadro de vicissitudes, a reforma agrária tem sido uma resposta para a histórica injustiça no campo. Não se podem negar exemplos em que a unidade produtiva tenha alcançado suficiência econômica e uma opção digna para a vida de muitos agricultores.

Tal suficiência, entretanto, segundo Abramovay (2005) está associada ao acesso a mercados dinâmicos, a crédito, a informações, a educação e a tecnologias.

Como se expressa coerentemente Martins (2009, p.44):

[...] Aí fica claro que o projeto político da ação é submeter os candidatos à terra no programa de reforma agrária a um período de confinamento em que os liames sociais permanentes são substituídos por vínculos provisórios e administrados. [...] No fundo, são eles objetos de experimentos políticos e sociais, viáveis unicamente numa história social de sujeição que ainda é um dos dolorosos legados da escravidão, juntamente com o latifúndio.

De fato a implantação de um amplo programa de reforma agrária na região Norte sem a correspondente infra-estrutura produtiva e de mercado, já anteciparia o comprometimento do sucesso dessas ações. Ao que parece, os números expressivos de unidades implantadas de assentamentos rurais são fruto de interesses dos que compreendem o movimento de luta pela terra de forma especulativa, haja vista os projetos colonizadores de ocupação e geradores de bons negócios fundiários, tendo em vista a desapropriação por valores de mercado de áreas particulares.

local (UENF, 2006, p. 6).

Aos que conhecem a região, compreendem as dificuldades infra-estruturais de transporte, saúde e nível tecnológico para qualquer investimento que envolva famílias e produção agropecuária, e, portanto, para a viabilidade das unidades produtivas.

Não obstante, os argumentos em favor da reforma agrária no Norte são outros.

Do ponto de vista social trata-se de região desamparada de ações empreendedoras privadas, e por isso mesmo quase sempre dependente de recursos públicos que impliquem em oportunidades de trabalho para os conjuntos familiares.

Nesse sentido, um processo estruturado de reforma agrária no Norte poderia se constituir em melhor qualidade de vida para as populações locais, proporcionando a produção de alimentos para o mercado regional, com geração de empregos e renda.

CARACTERIZAÇÃO DOS ASSENTADOS NA REGIÃO

Estudos têm apontado que o perfil do assentado das regiões fronteiriças seria um lavrador num processo de intensa mobilidade espacial e profissional em busca de terra, com indicadores que sustentam suas precárias condições de vida e produção.

Em um trabalho que tratou de avaliar a qualidade dos assentamentos da reforma agrária brasileira, relatadas abaixo, Maule et al. (2003) criaram índices de mensuração de variáveis qualitativas.

O índice de qualidade de vida integra as condições ligadas à moradia (acesso, casas definitivas, água potável, esgoto, eletricidade, transporte público, estradas internas, ensino fundamental, ensino médio, saúde regular e saúde emergencial) dos moradores dos lotes. No período de 1995-2001, o índice para o Brasil foi de 54%, revelando que pouco mais da metade dos fatores ligados ao índice estavam plenamente satisfeitos. O índice para a região Norte apontou para 42% nesse

período, tendo Roraima esse mesmo baixo valor.

No que diz respeito ao índice de articulação de organização social que avalia a forma com que o projeto de assentamento está organizado (parcerias, associações, cooperativas, agroindústrias e produção coletiva) para equacionar problemas de acesso a serviços e benefícios sociais e resolver problemas de comercialização, o Brasil apresenta índice de 40% no período de 1995-2001. Já a região Norte apresentou índices de 38%, e Roraima 39% de eficiência para o mesmo período, portanto valor levemente inferior à média nacional, mas revelador de baixos graus de associativismo.

O índice de ação operacional mede com que eficiência os compromissos que o governo assume na implantação dos projetos de assentamentos até sua consolidação final foram cumpridos. Os conjuntos de itens observados contemplam a infraestrutura (construção de casas, acesso à água de boa qualidade e eletricidade e estradas internas), liberação de créditos (instalação, habitação e produção) e titulação e consolidação dos projetos. Esse índice apresentou para o Brasil o valor de 46% para o período de 1995-2001. A região Norte registrou 32% para o mesmo período, sendo que Roraima apresentou 25% de eficiência.

Esse conjunto de indicadores reflete o quadro geral nacional e regional das condições que compõem a realidade dos assentamentos, se revelando como comprometedoras da viabilidade produtiva dos lotes e finalmente das famílias e do sucesso do empreendimento social enquanto proposta e projeto de governo.

Particularmente, Roraima registrou índice menor que a região Norte, sendo que esta, por sua vez, teria registrado índices inferiores à média nacional, portanto reveladores da precária infraestrutura que compõem os assentamentos.

AS CONDIÇÕES FUNDIÁRIAS DE RORAIMA

Um exame mais cuidadoso da estrutura fundiária roraimense identifica limitações impostas pela condição recente de ex-território, em conjunto com a localização fronteiriça e pelo pertencimento à região Norte do país, reconhecida pela sua macroestrutura ainda incipiente.

A destacada concentração de reservas indígenas com 46,37% das terras do estado, em

conjunto com 8,42% de áreas preservadas, 33,99% de áreas da União e 9,99% de áreas de posse do estado configura uma complexa estrutura fundiária, quicá única, no território nacional. Em menor grau, mas ainda correspondendo a expressiva área de 274 mil hectares, estão as áreas de posse do Exército, conforme dados da Tabela 01.

Tabela 01 - DISTRIBUIÇÃO DAS TERRAS DO ESTADO DE RORAIMA

	ÁREA KM ²	HECTARES	%
RORAIMA	224.298,98	22.429.898,0000	100
ÁREA do EXÉRCITO	2.747,00	274.700,0000	1,22
ÁREA da UNIÃO	76.242,18	7.624.218,0888	33,99
ÁREA do ESTADO	22.411,80	2.241.180,0000	9,99
ÁREA de PRESERVAÇÃO - IBAMA	18.879,99	1.887.999,0112	8,42
RESERVAS INDÍGENAS - FUNAI	104.018,00	10.401.800,0000	46,37

Fonte: INCRA, FUNAI, IBGE, IBAMA

Do ponto de vista do potencial agrícola produtivo, essa distribuição de terras tem importantes implicações. As áreas destinadas aos imóveis rurais que correspondem a mais de 618 mil hectares têm produção incipiente e fragilidade institucional, o que implica nas dificuldades de acesso a crédito e a assistência técnica.

Por essa razão, os assentamentos rurais são o formato mais institucionalizado da produção agrícola em Roraima. Em números que superam 50 (cinquenta) unidades, estão distribuídos nas várias regiões do estado, correspondendo a 15,68% das terras da União, conforme a Tabela 02.

Tabela 02 - DISTRIBUIÇÃO DAS TERRAS DA UNIÃO

	ÁREA KM ²	HECTARES	%
UNIÃO	76.242,18	7.624.218,0000	100
ÁREAS REMANESCENTES	58.107,62	5.810.762,8548	76,21
IMÓVEIS RURAIS	6182,00	618.200,0000	8,11
PROJETOS DE ASSENTAMENTOS – INCRA	11.952,00	1.195.255,2340	15,68

Fonte: INCRA, FUNAI, IBGE, IBAMA

Lopes (2009) descreve a agricultura de Roraima como predominantemente rudimentar,

com baixo padrão tecnológico e pequeno emprego de capital, estando concentrada na zona florestal e

em especial ao longo das BRs 174 e 201, situação que não é diferente nos assentamentos.

A realidade dos assentamentos no estado reflete a ausência de política para o setor, com alta mobilidade e abandono dos lotes pelos colonos, associado à garimpagem sazonal e ao uso indiscriminado do fogo, como consequência de assentamentos mal orientados (Schaefer apud Lopes, 2009).

Segue-se pela análise do projeto Ajarani em Iracema/Roraima.

O ESTUDO DE CASO: O PROJETO DE ASSENTAMENTO AJARANI

Os trabalhos de pesquisa foram realizados no município de Iracema, Estado de Roraima, no Projeto de Assentamento Ajarani (Figura 1), com aproximadamente 124.371, 01 (cento e vinte e quatro mil trezentos e setenta e um hectares).

O município de Iracema localiza-se ao Centro-oeste do Estado de Roraima, à margem da BR 174, entre as sedes dos municípios de Caracarái e Boa Vista (capital), limitando-se ao Norte com os municípios de Mucajaí e Alto Alegre, ao Sul com o município de Caracarái, à Leste com o município de Cantá e à Oeste com o Estado do Amazonas.

Distante da capital em 93 quilômetros,

Iracema tem área territorial de 14.403,9 km², correspondendo a 6,39% da área do Estado, com população de 5.211 habitantes. O Clima de Iracema é quente (AW⁴ e AM⁵), com média de temperatura de 27°C e precipitações de 2.000mm anuais.

A vegetação é composta de floresta ombrófila⁶ densa, com estrutura fundiária baseada em minifúndios ocupados por posseiros e arrendatários, de vocação eminentemente agrícola baseada em cultivos regionais, além de criações de bovinos, ovinos e avícolas.

No assentamento Ajarani, o estado que se destaca do ponto de vista da origem do assentado é o Maranhão correspondendo a 48,72% das famílias entrevistadas, seguido pelo Pará com 20,51%, conforme a Tabela 03. O Estado de Roraima contribuiu com apenas 5,13% dos agricultores, atendendo a característica de uma região de forte imigração regional (Tabela 03).

4 Regime pluviométrico anual que define uma estação relativamente seca, de clima tropical chuvoso, no qual as temperaturas médias não atingem valores inferiores a 18°C, e a precipitação do mês menos chuvoso alcança menos de 60 mm, sem variações de estações e com amplitude térmica inferior a 5°C;

5 Clima tropical monçônico, com precipitação total anual maior que 1500 mm, com alternância entre estação seca e chuvosa, e precipitação do mês menos chuvoso alcança menos de 60 mm;

6 Ecossistema florestal, cujo termo de origem grega significa chuvas constantes;

Tabela 03 – Principais Estados de Origem dos Assentados

ESTADOS	% ORIGEM
Maranhão	48,72
Pará	20,51
Roraima	5,13

Fonte: elaboração própria

A origem dos agricultores é predominantemente rural em mais de 88% dos casos investigados. Sua escolaridade foi investigada e apresentada na Tabela

4. Os analfabetos correspondem a 27,91% do total, sendo superados apenas pelo nível fundamental incompleto com 37,21%. Em conjunto esses dois

níveis acumulam 65,12%, o que implica em níveis educacionais muito baixos. As pessoas com nível fundamental completo corresponderam a 18,6% do total, não existindo nenhum representante com ensino superior completo ou incompleto, conforme a Tabela 04.

Tabela 04 – Escolaridade dos Agricultores

ESCOLARIDADE	PARTICIPAÇÃO %
Analfabetos	27,91
Fundamental Incompleto	37,21
Fundamental Completo	18,60
Médio Incompleto	6,98

Fonte: elaboração própria.

Com respeito à forma de aquisição do lote, contrariando a tendência de compra de lotes por terceiros em outros estudos, os agricultores do projeto de assentamento Ajarani adquiriram suas respectivas áreas através do INCRA, com apenas dois casos que efetuaram a compra de lotes.

A ocupação anterior também tem sido um importante indicador da aderência do assentado com sua atividade de produção agropecuária. No caso estudado, mais de 70% dos agricultores foram provenientes de ocupações voltadas para a área agrícola, com o exercício de atividades autônomas respondendo apenas por 9,09% dos casos.

A organização da produção no assentamento foi observada considerando os agricultores sem nenhuma forma de organização coletiva com 27,27% dos casos, associados a uma cooperativa ou associação de produtores com 47,73% e, finalmente, aos que se associam também ao sindicato, além da cooperativa ou associação, com 25% do total investigado. O quadro descritivo do assentamento prossegue com análise de variáveis numéricas. Os parâmetros de assimetria de mais ou menos 0,5 são considerados de distribuição simétrica, conforme Bisquerra et al. (2004). Esse mesmo autor classifica graus de curtose como platicúrtica e leptocúrtica como formatos mais achatados ou centralizados

de uma distribuição, sendo a forma mesocúrtica considerada normal.

Em conjunto esses parâmetros podem sinalizar pelas características de uma distribuição normal, não sendo suficientes, mas indicadoras de desuniformidade dos dados.

O tamanho do lote tem em média 20,75 hectares, menor que a mediana que tem 21 hectares, com assimetria negativa. A curtose, entretanto, foi calculada em 10,39, com número significativo de casos situados em faixa próxima à média, o que provoca a condição leptocúrtica da distribuição dos dados. Muito embora o mínimo seja de 18 hectares, se pode observar um único caso de 30 hectares, considerado *outlier*.

As famílias têm em média 2,37 pessoas, com mediana de 2,00, o que implica em assimetria positiva, superando a faixa de tolerância. A curtose negativa em -0,93 sugere configuração levemente platicúrtica, em grande medida proporcionada pelos casos que compreendem cinco a seis membros, com outros que têm apenas um componente por família.

As distâncias da sede, escola e posto de saúde, têm os mesmos valores de estatística descritiva, o que implica no entendimento que estão localizadas no mesmo espaço físico, distantes dos lotes de produção. A média de 38,11 quilômetros está ligeiramente inferior aos 40 quilômetros da mediana, o que implica em leve assimetria negativa de -0,15, dentro da faixa de tolerância. A curtose é negativa de -0,11. As distâncias da via de acesso, no entanto, como se espera, apresenta média de 23,99 quilômetros e mediana de 35,00. Os dados indicam a existência de dois conjuntos de lotes, afastados da sede do assentamento. A leve e tolerável assimetria negativa se eleva a -0,24 e a curtose platicúrtica de -1,91 reflete a situação anteriormente descrita, com propriedades distantes 1 km da via de acesso, e outras com 42 km de distância, conforme a Figura 1.



Figura 1: Histograma da Distância das Vias de Acesso

As rendas não-agrícolas foram concebidas como qualquer provento que não seja da produção agropecuária, tais como aposentadoria, fundos assistenciais das esferas governamentais, serviços profissionalmente prestados, etc., e tem em média R\$3.118,95 anuais (US\$1.834,00); apresentam grande variabilidade com desvio-padrão de R\$3.048,39 e mediana de R\$1.560,00. Os dados indicam assimetria positiva de 0,71, com número mais elevado de casos em que os valores recebidos são menores que a média calculada. A curtose negativa de -0,85 é decorrente da dispersão dos dados, com mínimo de R\$0,00 até o máximo de R\$10.008,00. A dispersão dos dados pode ser visualizada na Figura 2.

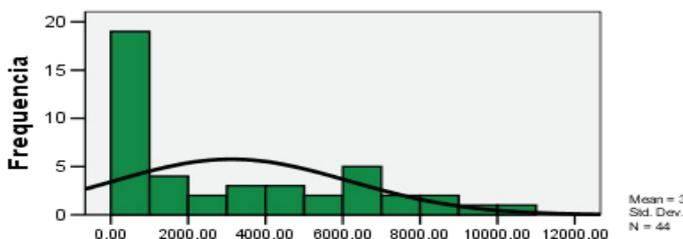


Figura 2: Rendas Não-agrícolas

Os gastos médios anuais com a mão-de-obra foram de R\$ 473,64. Tais dados mostram a grande variabilidade dos agricultores com relação à contratação de terceiros para a execução dos serviços na propriedade, apresentando desvio-padrão de R\$ 850,72. O valor da mediana indica que praticamente não se emprega mão-de-obra externa, tendo 50% dos agricultores efetuado pagamentos de até R\$

40,00/anuais, o que implicou em forte assimetria positiva de 2,39. A amplitude decorrente da faixa estabelecida entre nenhum gasto com mão-de-obra externa e o máximo de R\$ 3500,00 está refletida na curtose leptocúrtica de 5,34, conforme pode ser visualizado na Figura 3.

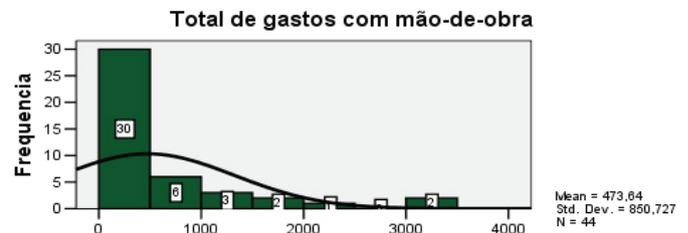


Figura 3: Gastos com a Mão-de-Obra

De igual forma os gastos inexpressivos com insumos, reflexo da agricultura de baixo padrão tecnológico apresentou média anual de R\$ 70,66, com mediana de R\$ 49,00. Em sendo a mediana menor que a média, pode-se concluir que a metade dos agricultores não excedeu a gastos com insumos superiores ao seu valor, ou seja, R\$ 49,00. A alta assimetria positiva de 1,50 e a curtose também positiva e levemente leptocúrtica de 2,13 pode ser visualizada na Figura 4.

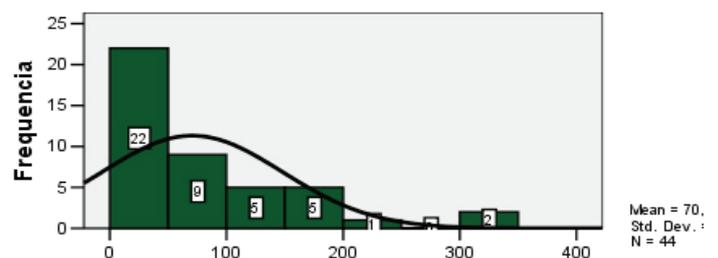


Figura 4: Gastos com Insumos

A renda média mensal dos agricultores foi de R\$ 1.387,67. A mediana de R\$1530,00 indica que ao menos metade dos agricultores recebe valores superiores à média mensal. A elevada assimetria negativa de -1,88 e a curtose leptocúrtica e positiva de 2,79 pode ser visualizada na Figura 5. Os valores mínimos mensais de R\$ 510,00 e máximo de

R\$1.530,00 foram calculados, corroborando com a ampla faixa de renda percebida pelos agricultores do projeto.

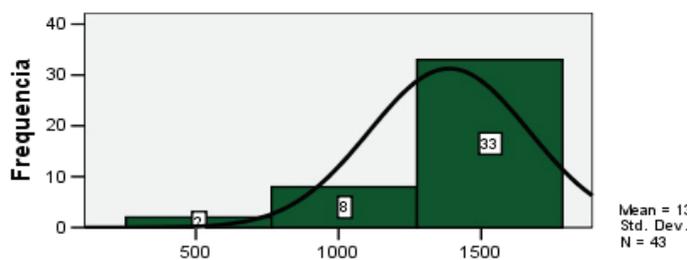


Figura 5: Rendimento Médio Mensal

Do ponto de vista correlacional foram identificados graus de relacionamento entre algumas variáveis e, muito embora não se possa estabelecer relações ações de causalidade, podemos deduzir as seguintes tendências:

✓ À medida que aumenta a ‘distância da via de acesso’, também aumenta: a ‘área desflorestada’, correlacionadas significativamente, com $r = 0,36$, p (bilateral) $< 0,05$; também diminui a percepção da ‘influência política’ nas organizações coletivas, com $r = - 0,53$, p (bilateral) $< 0,01$; e ainda diminui o ‘regime de trabalho’ da família, $r = - 0,53$, p (bilateral) $< 0,01$; por fim, aumenta as ‘rendas não agrícolas’, $r = 0,30$, p (bilateral) $< 0,05$.

✓ À medida que aumenta a percepção da ‘influência política’, também aumenta as ‘rendas não agrícolas’, entre elas, os programas governamentais assistenciais, com $r = 0,33$, p (bilateral) $< 0,005$.

✓ À medida que aumenta o ‘regime de trabalho’, também aumenta: o ‘rendimento mensal’ agrícola do assentado, com $r = 0,31$, p (bilateral) $< 0,05$; aumentando também os ‘créditos recebidos’ pelo INCRA, com $r = 0,34$, p (bilateral) $< 0,05$.

✓ À medida que os agricultores aumentam o grau de ‘organização coletiva’, também aumenta o ‘rendimento mensal’

agrícola familiar, com $r = 0,46$, p (bilateral) $< 0,01$.

✓ À medida que aumenta os ‘créditos provenientes do INCRA’, também aumenta as orientações do INCRA, sugerindo a paridade crédito/assistência técnica, com $r = 0,30$, p (bilateral) $< 0,05$.

Entre os condicionantes da produção agrícola dos assentados em Roraima, o grau de associação coletiva participa decisivamente dos resultados medidos em termos de rendimentos mensais.

O rendimento médio dos assentados sem nenhuma forma de participação coletiva da produção foi menor ($M = R\$ 1066,36$, $EP = 107,74$) em relação aos que participavam das formas convencionais de organização coletiva ($M = R\$ 1.498,13$, $EP = 22,17$), seja na condição de associados, cooperativados ou sindicalizados.

A diferença identificada foi de R\$ 431,76 (quatrocentos e setenta e um reais e setenta e seis centavos), significativa $t(41) = - 3,92$, $p < 0,01$, representando um tamanho de efeito muito grande $r = 0,52$ ($r > 0,5$).

Entre outros determinantes da renda média dos agricultores está também o tempo de ocupação do lote. Na análise de regressão da Tabela 05 podemos identificar a dependência do rendimento médio do agricultor quando são analisados o tempo em exercício no lote, considerando a participação efetiva em organizações sociais.

Tabela 05: REGRESSÃO MÚLTIPLA DOS RENDIMENTOS MENSAIS

	B	SE	
?			
Constante	975,75	140,61	
Tempo na direção do lote	218,90	107,58	,27*
Participação em Organização coletiva	116,43	31,48	,49***

Variável Dependente: Rendimento Médio Recebido no Lote ao Mês

Nota: $R^2 = 0,28$; *** $p < 0,001$, * $p < 0,05$

Nesse caso, o tempo em que o assentado está em exercício no seu respectivo lote tem impacto sobre sua renda de R\$ 218,90 (duzentos e dezoito reais e noventa centavos), em conjunto com a participação nas associações/cooperativas/sindicatos de produtores que passa a ter um efeito causal de R\$ 116,43 (cento e dezesseis reais e quarenta e três centavos) mensais no rendimento das famílias.

Dessa forma, a organização social e o tempo em que o assentado está à frente de suas atividades, em conjunto, representam parcela significativa de suas respectivas rendas.

CONCLUSÃO

Os estudos quantitativos sobre o projeto de assentamento Ajarani em Roraima verificaram aspectos relacionados à dinâmica da produção e retrataram, ao menos parcialmente, determinadas características das condições de vida e de trabalho de seus assentados.

O panorama investigado revela a característica de mobilidade regional do assentado, índices elevados de analfabetismo e baixo índice de associativismo, muito embora se tenha registrado relativa aderência à atividade agrícola. As grandes distâncias aos principais centros de convivência – sede, escola e posto de saúde – são dados importantes do ponto de vista das condições de vida das famílias. A renda média mensal, embora de baixos valores, implica no recebimento de um a dois salários mínimos por conjunto familiar.

As correlações e regressões apresentaram resultados interessantes. A maior distância da via de acesso implica em maiores percentuais de áreas desflorestadas. A revelação de influências políticas está associada ao recebimento de maiores percentuais de rendas não agrícolas. O grau de organização

coletiva é importante para o rendimento mensal da família (R\$ 431,00/mês), bem como é relevante o tempo de ocupação do assentado junto ao lote (R\$ 218,00/mês).

Os parâmetros de produção são ainda muito incipientes, mas confirmam as precárias condições de trabalho e de vida das famílias que ocupam o assentamento rural. A agricultura de baixos níveis tecnológicos revelam gastos muito baixos com mão-de-obra e insumos, em consequência dos níveis de renda também baixos, provavelmente associados à precária assistência técnica e creditícia.

Os indicadores sociais também são reveladores dos baixos níveis de escolaridade, da origem e da ocupação rural e da alta mobilidade dessas populações que saem de seus estados em busca de novas oportunidades.

Entre as variáveis determinantes da renda mensal familiar, foram encontradas relações de causalidade entre a condição de associado, bem como o tempo de ocupação da família no lote, fatores importantes para a viabilidade das propriedades nas condições contextuais já informadas.

No assentamento, como um todo, está configurada os elevados graus de desuniformidade das variáveis estudadas, o que se constitui em um elemento determinante quando se pensa em políticas públicas para o meio Norte rural.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, R. Um novo contrato para a política de assentamentos. In: Oliva, Pedro M. (Org.) Economia Brasileira – Perspectivas do Desenvolvimento. São Paulo: CAVC, 2005. p. 355-375.

BERGAMASCO, S. M. P. P; NORDER, L. A. C. O que são os assentamentos. São Paulo: Brasiliense, 1996. 87 p.

BISQUERRA, Rafael; SARRIERA, Jorge Castellá; MARTÍNEZ, Francesc. Introdução a Estatística:

enfoque informático com o pacote estatístico SPSS.
Porto Alegre: Artmed, 2004. 256 p.

GOVERNO DE RORAIMA. Produto Interno Bruto Estadual e Municipal/ Elaboração: Luciano Monteiro do Amaral, Milton Antonio do Nascimento. 7. ed. Boa Vista: CGEES/SEPLAN – RR, 2011

IBGE. Banco de dados (SIDRA). Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>> . Acesso em: 10 de jun. 2010.

INCRA. Base de Dados dos Projetos de Reforma Agrária do Brasil. Brasília, 2008.

LOPES, C. E. V. Avaliação socioeconômica dos sistemas de produção em assentamentos rurais no estado de Roraima: o caso do assentamento rural PAD – ANAUÁ. 2009. Dissertação (Mestrado em Economia) - Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009. 129 p.

MARTINS, J. S. Travessias: a vivência da reforma agrária nos assentamentos. 2.ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. p.53-106.

MAULE, R.F. et al. A qualidade dos projetos de assentamento. In: SPAROVEK, G. A qualidade dos assentamentos da reforma agrária brasileira. São Paulo: Páginas & Letras, 2003.p. 39-54.

SCHNEIDER, R. R. et al. Amazônia sustentável: limitantes e oportunidades para o desenvolvimento rural. Belém: IMAZON, 2000. (Série Parcerias).
SEPLAN-RR. Produto Interno Bruto Estadual e Municipal. 3. ed.. Boa Vista: DEES/SEPLAN-RR, 2007. 91 p.

UENF. Antônio Carlos Gama-rodrigues et al. (Eds). Sistemas agroflorestais: bases científicas para o desenvolvimento sustentável. Rio de Janeiro: Uenf, 2006. 365 p.